ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

( ) COMUNICAÇÃO
( ) CULTURA
( ) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
(X) EDUCAÇÃO
( ) MEIO AMBIENTE
( ) SAÚDE
( ) TRABALHO
( ) TECNOLOGIA

PDE: uma experiência de formação continuada na Universidade Estadual de Ponta Grossa

Almeida Iomara Favoreto de[1]
Eckert Mons Jeane Silvane[2]

RESUMO
Este projeto apresenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE de Formação Continuada em rede, da rede pública do Estado do Paraná. Trata-se de um projeto inovador dentro das políticas públicas para Formação continuada à nível de Brasil. O PDE/PR, iniciou as atividades no ano de 2007, com a Secretaria do Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Ensino e as IEES do Paraná . A Universidade Estadual de Ponta Grossa firma seu compromisso político com este programa, de integração Educação Básica e Ensino Superior. O que se pretende avaliar neste trabalho é como Universidade Estadual de Ponta Grossa está desenvolvendo este programa de Formação Continuada em rede, nos níveis de ensino envolvidos pelo PDE.

Palavras – chave:PDE - Formação Continuada de Professores – Política de Integração Educação Básica e Ensino Superior

INTRODUÇÃO
O presente artigo, apresenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que foi idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério no Estado do Paraná (Lei complementar nº 103, de 15 de março de 2004), em comum acordo entre gestores da SEED e representantes do Sindicato dos Professores – APP. O PDE iniciou suas atividades a partir de do ano 2007, prevendo avanço na carreira do professor e melhoria de qualidade ensino público do Paraná. O Programa é desenvolvido em parcerias com as IES do sistema público do Paraná e SEED. Foi criado objetivando a Formação Continuada de professores.Tem a duração de dois anos, sendo a que na primeira fase o professor conta com dedicação exclusiva de 100% para atividades previstas pelo Programa. Na segunda etapa, ele retorna para a escola de origem com 75% de freqüência e os demais 25%, para elaboração do Trabalho final; artigo. O PDE- Paraná se configura como uma política inovadora de Formação Continuada de professores dentro das Políticas Públicas Brasileiras. Neste contexto, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, como Instituição formadora de professores de diversas licenciaturas, que ao findar seus cursos estes profissionais vão atuar nas redes públicas de ensinos, firma seu compromisso político- social, com a tão almejada qualidade de ensino. Cumprindo também com objetivo de articulação Ensino Superior – Educação básica, na superação da dicotomia teoria- prática.
O que se pretende avaliar dentro deste programa, é como a Universidade Estadual de Ponta Grossa vem desenvolvendo este programa, como é o entendimento e compreensão do professor PDE e professores UEPG sobre programa; como está ocorrendo esta articulação entre professores da escola básica e ensino superior; atende as necessidades e carências de sua formação inicial; e os conteúdos curriculares atendem as demandas de seu contexto durante cursos, encontros de orientação e demais atividades. Muitas são as questões com certeza surgirão, e se fará necessário a compreensão do contexto educacional que vivemos, do que é ensino, do aluno e escola, frente as dificuldades que estão presentes no sistema educacional. A finalidade maior ainda é como a Universidade Estadual de Ponta Grossa pode contribuir, aprimorar e até mesmo redimensionar, para a continuidade deste programa inovador, e não se torne apenas mais uma iniciativa que comece e morra diante as dificuldades e obstáculos encontrados pelo caminho.
A Intenção de pesquisa por este tema: Programa de desenvolvimento Educacional, para Formação de professores em Rede do Paraná é de grande relevância, uma vez que se trata de uma política pública para formação de professores em rede, iniciativa inovadora neste campo da Educação.
É uma política recente, que teve seu início no ano de 2007, e que não foi interrompida durante transição política

[1] Supervisora Pedagogica PDE UEPG, Especialista, Pedagoga do Programa de Desenvolvimento Educacional.
[2] Supervisora PDE UEPG, Mestre em Educação, Professora do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas-UEPG.

do Estado do Paraná. Na história da educação brasileira, é muito raro ocorrer um fato como este, em que um programa implantado em um governo, tenha sequencia no governo posterior. Geralmente os programas são interrompidos e mais uma vez esquecidos, e a educação fica à mercê deste processo.

Pode-se dizer que se experimenta um novo momento. Momento de valorização pelo trabalho realizado pelo governo anterior, no caso específico, de continuidade de política pública de educação PDE, que tem como meta a qualidade do ensino da Educação Básica, com ênfase na Formação continuada de professores em rede.

Outro motivo que leva ao estudo deste programa é a política de Integração do Ensino Básico e Ensino Superior

Por mais, eficiente que seja um curso de nível superior, é no contexto educacional que o professor se depara com os conflitos na escola, violência, fracasso escolar, ausência dos pais na escola, problemas de aprendizagem e outros tantos. Neste momento, que o professor recém formado pela universidade encontra seus primeiros desafios. A carência de uma formação continuada faz a diferença, pois é através dela, que o professor repensa sua prática pedagógica e necessita de mais subsídios e referenciais teóricos, que o levem a aprimorar, redimensionar sua prática pedagógica. Por meio da formação continuada que começa criar sua identidade como professor, que pensa, age e reflete sobre sua ação pedagógica, superando o distanciamento entre teoria e prática.

O PDE/ UEPG a partir do ano de 2009 tornou-se um Projeto de Extensão que vem se firmando cada vez mais nesta Instituição, portanto a importância de se avaliar este Projeto de Extensão que ganha cada vez mais amplitude dentro dos cursos dos cursos de licenciaturas e da Universidade como um todo.

Mais relevante ainda, é a necessidade de se avaliar o próprio programa por parte da equipe do PDE/ UEPG. O próprio objeto de pesquisa é aquele nasce do próprio contexto do próprio educador.

Nos últimos anos começamos a presenciar um maior número de iniciativas a favor da melhoria da qualidade ensino. Por mais que, os resultados apresentados sobre educação sejam preocupantes, a perspectivas são animadoras.

Percebemos isto, através do surgimento de novas políticas públicas para a educação, que tem como pressupostos a melhoria da qualidade de ensino, assegurando o direto de acesso a todos à educação, configurando-se um processo de universalização da educação brasileira.

A crise da escola pública é fato e a falta de políticas públicas por muitos anos acarretaram nos altos índices do analfabetismo no país.

Segundo dados do último IBGE (2010), hoje somos uma nação de 190.732.694 milhões de pessoas. Deste total, 16,295 milhões de pessoas são analfabetos e da população alfabetizada 70% tem dificuldade em ler. São os chamados "analfabetos funcionais". Pessoas que passaram pela escola, mais que não tem condições de desempenhar seu papel como cidadão atuante da sociedade atual.

A UNESCO define analfabeto funcional como:

> "toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras, colocar idéias no papel por meio da escrita, nem fazer operações matemáticas mais elaboradas".

Há que dizer, que estes dados são alarmantes. Na verdade, a qualidade na educação brasileira não retrocedeu, mais também não avançou; estagnou.

Hoje, o que se tem de concreto, é que a maioria da população entra para a escola, porém o problema está na qualidade e continuidade dos estudos.

As últimas mudanças da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº n. 9394/96, é um exemplo de maior preocupação com a educação brasileira, pois, tem como alguns dos pressupostos, assegurar a todos o direito a educação de qualidade, a valorização dos professores através de cursos de formação continuada de professores, avanços na carreira e a superação teoria prática.

No âmbito das políticas públicas, algumas iniciativas ganharam destaque como o PDE- nacional, lançado pelo Ministério da Educação em 2007, com a preocupação sobre a qualidade de ensino na Educação Básica e a Formação dos professores que nela atuam. Entretanto, alguns teóricos questionam tais ações, pois vêm tais iniciativas mais como fins eleitoreiros, de que uma continuidade de políticas para melhoria da qualidade de ensino. E, neste sentido a educação apresenta-se com dupla função; da educação como espaço de ensino e de corrigir os desequilíbrios sociais, originados da estrutura social e econômica.

Oliveira (Ferreira (2009) coloca que a crise na educação é vista em vários lugares da sociedade; pelos estudantes; pelos trabalhadores docentes desvalorizados, pela violência presente na escola, pelos analfabetos funcionais.

Discussões mais acirradas sobre o tema são presentes, entretanto, se faz jus neste quadro à análise sobre tudo, da formação dos profissionais de educação, que merecem um olhar especial.

Muitos destes profissionais da educação após, deixarem seu processo de formação acadêmica nas universidades, seguem sua carreira de magistérios e na maioria das vezes, não lhes é dedicada uma formação continuada em

serviço, necessária para desenvolver uma prática com mais segurança teórica e consistente na sala de aula, diante do enfrentamento da realidade que lhe é posta. Isto, sem falar daqueles que são formados em uma licenciatura e assumem docência em outras áreas diferentes das suas, pela própria carência de profissionais habilitados para a área destinada. Para Santos (2007,p.3)

> ” os cursos de formação de professores ofertados pelas Universidades e Faculdades, notoriamente, por mais avançados que sejam, não concedem ao recém licenciado todos os conhecimentos necessários para o exercício da docência, sobretudo porque a prática cotidiana do também fornecem outros elementos igualmente importantes para a ação pedagógica, possibilitando um maior aprimoramento dos conhecimentos inicialmente adquiridos”

O Educa censo de 2007 revela que cerca de 600 mil professores na educação básica não possuem graduação ou atuam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram. Poucas iniciativas neste âmbito dos sistemas educacionais são vistas, e aquelas que ocorrem ficam isoladas ou são ineficientes para atender o grande contingentes de profissionais em busca da tão sonhada formação contínua de professores em serviço. Segundo Kuenzer (1999), “... em face da complexificação da ação docente, ele [o educador] precisará ser um profundo conhecedor da sociedade de seu tempo, das relações entre educação, economia e sociedade, dos conteúdos específicos, das formas de ensinar, e daquele que é a razão do seu trabalho: o aluno”.
Desta forma, é imprescindível a discussão e adoção de políticas públicas para formação continuada de professores, que tem ganho destaque no cenário educacional.
Um dos grandes desafios da Educação Brasileira é a Formação Continuada de Professores da educação básica. Nas duas últimas décadas o tema em questão, tem sido amplamente discutido por teóricos da área, como Nóvoa (1991); Gimenez (2002 e 2003); Frigoto (2009) e outros.
Para Nóvoa (1991), “a formação continuada de Professores é uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil profissional do professor e busca da identidade do professor”. Ainda, num contexto mais amplo os estudos sobre Políticas Públicas Educacionais para Formação de Professores é essencial, uma vez que o que observamos historicamente são iniciativas isoladas, e ausência de políticas neste âmbito. Segundo a ANPED, os resultados sobre os programas de formação continuada na década de 80 foram inexpressivos em Educação neste sentido isoladas, fragmentadas e desarticuladas. Nos anos 90, a concepção sobre formação ficou sustentada em atividades múltiplas, descontínuas e desvinculadas da prática dos professores e, consequentemente, da escola.
As Reformas Educacionais brasileiras, LDB/96 e no Plano Nacional de Educação – 2001 propõem mudanças na Formação Continuada de Professores, vendo a necessidades dos sistemas educacionais, investirem na formação continuada de professores em serviço, com vistas ou enfrentamento de tantos problemas educacionais existentes, como o acesso, a evasão e repetência escolar.
No artigo 67, TítuloIV desta Lei, fica explícito com deve-se encaminhar as questões sobre formação de educadores... “a formação de profissionais da educação (...) terá como fundamentos:
I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento
periódico remunerado para esse fim;
III - piso salarial profissional;
IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação
do desempenho;
V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga
de trabalho;
VI – condições adequadas de trabalho.
Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.
Assim, o presente tema, tem sido considerado como peça chave para a melhoria da qualidade de ensino de nosso país, é pauta principal das discussões nas agendas políticas públicas educacionais na atualidade.
Neste contexto, no Estado do Paraná, durante a elaboração do novo Plano de Carreira para o Magistério fica estabelecida a necessidade de Formação Continuada de Professores da rede pública estadual, a ser desenvolvido através do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103 de 15/03/2004(Diário Oficial nº 6687 de 15/03/2004) e implementado pelo Decreto 4.482, de 14 de março de 2005.
O PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, política pública de formação continuada de professores, inicia suas atividades no ano de 2007 em articulação com a Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, destacando-se como uma política pública inovadora no campo da Formação de Professores. “Termo de cooperação Técnica”.
O PDE traz consigo o rompimento do distanciamento do ensino básico e ensino superior, historicamente

enraizado, além de apresentar uma proposta inovadora de formação continuada de professores a nível nacional. Também, é importante lembrar que com a efetivação do Programa, o plano de carreira do magistério elaborado em 2004 se consolida.

O Programa denomina-se como "Formação Continuada de Professores em Rede", sistemático, permanente e de aperfeiçoamento dos profissionais da educação da rede estadual de ensino.

Os objetivos desta forma de formação em Rede são: instituir uma dinâmica permanente de reflexão, discussão e construção do conhecimento; e fortalecer a articulação entre os dois níveis de ensino, educação básica e ensino superior.

Ainda, como meta do referido programa, com vistas a maior valorização do profissional da educação é previsto sua ascensão na carreira, tempo destinado para estudos e a formação de professores pesquisadores, que ao retornarem para suas escolas terão a oportunidade de redimensionamento da prática que desenvolvem e consequentemente, melhoria da qualidade de ensino.

Segundo, o Documento Síntese do PDE estes são seus pressupostos:

a) Reconhecimento dos professores como produtores de conhecimentos sobre o processo ensino – aprendizagem;

b) Organização de um Programa de Formação continuada atento às necessidades de enfrentamento de problema ainda presentes na Educação Básica;

c) Superação de modelo de formação continuada concebido de forma hegemônica e descontínua;

d) Organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior;

e) Criação de condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber.

Este programa proporciona aos professores afastarem-se de suas atividades para retornarem as atividades acadêmicas nas universidades, com cargas horárias específicas para os cursos, além de desenvolvimento de projetos para implementação em suas escolas.

O PDE se destina aos professores do quadro próprio do magistério (QPM), que se encontram no nível II, classe 8, da tabela de vencimentos do plano de carreira. Ainda, a titulação dos cursos de mestrado e/ou doutorado será aproveitada para a obtenção da certificação do PDE, nos termos da Lei complementar nº 103/04, art. 11, inciso IV.

Durante o primeiro ano do PDE, o professor fica afastado 100% da escola, na sequência retorna à escola com 75 % de presença para Implementação do Projeto de Pesquisa. Os outros 25% são destinados aos Encontros de Orientação e Elaboração do Trabalho Final, Resolução nº. 1670/2009. A carga horária mínima, prevista pelo é de 960 horas e a maioria do curso ocorre de forma presencial, por meio de Grupos de trabalho em Rede.

O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE oferece cursos e atividades nas modalidades presenciais e a distância e disponibiliza apoio logístico e meios tecnológicos para o funcionamento do programa.

Ele se estrutura em três eixos que se articulam entre si.

Plano Integrado de formação continuada – PARANÁ 2008

Portanto as atividades que o professor deverá cumprir no programa são: Aula inaugural; Curso Específico da Área; Curso Geral I e II; Elaboração do Projeto de Pesquisa; Encontros de Orientação (4); Formação Tecnológica Presencial/Básic/Moodle/Sacir; Seminário Temático; Seminário Integrador (1º e 2º); Elaboração do Material Didático; GTR; Inserção Acadêmica; Implementação do Projeto de Pesquisa; Elaboração do trabalho final e Seminário de Encerramento, de forma articulada como está na figura acima.

Esta articulação que ocorre no PDE, é que rompem com a dicotomia teoria- prática, que impede a prática reflexiva diante as problemáticas que ele encontra em seu contexto.

Como IES estão sob sua responsabilidade: programação dos cursos, encontros de orientação, encontro de área ficam sob plena responsabilidade das IES. O professor PDE contará sempre de um professor Orientador IES desde o início do Programa, acompanhando nos encontros de orientação as atividades de elaboração do Projeto de Implementação, Produção do material didático pedagógica, e elaboração do trabalho final. Assim, a Coordenação IES, acompanha todas estas fases de trabalho do professor, bem como realiza a articulação entre professores PDE e professores IES, que se integram ao programa.

É importante, destacar que para cada área de licenciatura a IES, tem um Coordenador de área, que auxilia no planejamento de cursos ofertados aos professores.

Conforme Santos (2010, p.5)

> "O professor PDE ao aprofundar por meio de cursos nas universidades e/ou faculdades questões sobre a prática pedagógica, também desvela os contextos sociais que afetam sua atuação, o que por sua vez amplia os horizontes da compreensão crítica de sua atuação, contribuindo efetivamente para o processo de

> mudança não somente do contexto escolar onde atua, mas da realidade educacional como um todo."

Há que se considerar, que as universidades e faculdades que participam do programa, podem avaliar os cursos que desenvolvem, verificando o que ensinam, está realmente contribuindo para a formação inicial dos professores que forma.
São 12 áreas do conhecimento que o PDE abrange; Língua Brasileira- Literatura, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física, Educação Artística, Física, Química e Biologia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Língua Estrangeira Moderna, Disciplinas Técnicas, Gestão Escolar e Educação Especial.
Tem como referencial teórico,as diretrizes da SEED, descritos nas Diretrizes Curríclares para a Educação Básica, e são desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior-IES.
Atualmente, o PDE envolve a SEED e as Instituições Estaduais de Ensino Superior e duas federais (UFPR E UFTFPR).
Como objeto de estudo PDE –IES, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, firmou sua cooperação com o programa no ano de 2007, atendendo até hoje total de 538 professores (turma 2007 cento e cinco, 2008 cento e dezesseis, turma 2009 cento e cincoenta e seis, turma 2010 cento e sessenta e um e a turma 2012 com cento e sessenta e dois professores), pertencentes aos Núcleos Regionais de Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Wenceslau Brás e em parte União da Vitória.
A partir do ano de 2009, o PDE/UEPG, tornou-se institucionalizado como Projeto extensionista da PROEX – Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A primeira Instituição de Ensino Superior a tornar o projeto Institucionalizado, recebendo grandes elogios da Coordenação SEED.
No ano de 2008, o Governo do Estado do Paraná destinou verbas para construção do "PRÉDIO PDE", hoje edificado e administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. A estrutura do Prédio é constituída de quatro salas de aulas, uma sala de para encontros de orientação, dois laboratórios de informática e um anfiteatro. Neste ano já abrigou os professores PDE durante a realização dos cursos específicos, Encontro de Área e ainda, o Seminário Temático, bem como a utilização dos laboratórios de informática, durante os cursos e tutorias e o Seminário de Encerramento da Turma 2009. Ainda, oferta cursos de formação continuada, para os professores das diversas licenciaturas e que os professores PDE tem a oportunidade de participarem e realizarem suas horas de inserção acadêmica.
É importante destacar, que com a construção do Prédio PDE/UEPG, a atual gestão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, compõem a EQUIPE – PDE/UEPG, com Coordenação Geral, Supervisão Pedagógica, Supervisão Financeira, Técnico administrativo e serviços gerais, a fim de, atender como um todo o Programa, buscando a qualidade de atendimento a este programa.
No documento de minuta de regulamento do PDE, elaborado pela Coordenação SEED, já consta estas funções para cada IES que participa do Programa. Aqui, também a UEPG, se destaca pela organização da equipe de trabalho para o PDE.
Esta postura colaborativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná, representa o grau de comprometimento e seriedade, com que esta instituição abraça a Formação Continuada de Professores para a escola básica de qualidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA
Para este projeto de pesquisa, será utilizada a pesquisa qualitativa, sendo a mais adequada para as questões que se pretende investigar. Também, uma das pesquisas mais utilizadas no campo da Educação.
A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal, interpretar os fenômenos observados no contexto em que o pesquisador está inserido.
O pesquisador primeiramente observa o fenômeno que se propõem pesquisar, para em seguida procurar as causas que expliquem os fenômenos.
Para tanto, serão utilizados como instrumentos de pesquisa, questionários, entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos referentes ao tema

OBJETIVOS:
GERAIS:
1) Avaliar o desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, política de Formação Continuada de Professores, na IES – Universidades Estadual de Ponta Grossa.
2) Diagnosticar fatores que interferem para o bom desenvolvimento do programa nesta instituição;
3) Verificar como está se dando a articulação Ensino Superior e Educação Básica;
4) Propor ações, a partir dos resultados apresentados,para melhoria do programa, aprimorando, redimensionado, para garantia de sua continuidade.
ESPECÍFICOS
1)Investigar que fatores levaram o professor PDE participar do PDE;

2)Analisar se os programas curriculares estão vindo ao encontro das necessidades do contexto educacional das escola em que os professores estão inseridos;
3)Avaliação o grau de entendimento, compreensão e envolvimento do professor PDE e Professor IES/UEPG;
4)Analisar a relação orientador- orientando;
5)Verificar como se dá a recepção do professor PDE, quando o seu retorno para as escola;

9- REFERÊNCIAS

1 - OLIVEIRA, J. F. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E.B.;OLIVEIRA, D. A. (ORGS). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 237-251.
2- NÓVOA, A. "Professor se forma na escola". Disponível em: http://www.nova escola/ed/142 mai) Html/fala mestre.htm
3 - _____ . Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas, SP: Papirus, 1999.
4 - Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. Brasília: 1996.
5 - Secretaria do Estado da Educação do Paraná. Documento Síntese PDE- Programa de Desenvolvimento Educacional.Disponível: pr.gov.br/portals/portal/pde/documento_sintese.pdf